

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Brasileira. As declarações e os depoimentos mostram isso.

Então, acho que cumpriram a Constituição. Eu não vejo isso como uma atuação individual do Alexandre de Moraes. Cada ministro recebe os seus processos. Assim como o Flávio Dino está cuidando das ações relacionadas às emendas parlamentares, o Alexandre de Moraes ficou responsável pelo inquérito das fake news e pelos demais processos que lhe foram distribuídos.

Eu vejo que ele está atuando dentro da Constituição e da legislação. Se há algo que infrinja o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Regimento Interno do Supremo ou a própria Constituição, cabe a cada um recorrer e tentar mudar a decisão do Supremo Tribunal Federal, como foi no meu caso.

O que não se pode é querer fazer impeachment de ministro ou querer mudar o Supremo por causa de decisões do próprio Supremo.

A reforma do Judiciário é necessária, mas não por causa das decisões do Supremo. Ela é necessária como também são necessárias uma reforma do Estado e uma reforma política.

Qual reforma do Judiciário o senhor defende?

O primeiro é que tem que ser um pacto republicano. Tem que envolver o Judiciário, o Congresso Nacional, a Presidência, a OAB e tem que envolver o país nisso. Nós não podemos fazer contra o Poder Judiciário. O próprio Poder Judiciário já começou a discutir.

Vamos lembrar que o presidente Lula fez uma reforma do Judiciário, com súmula vinculante, repercussão geral e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que era o controle externo. O Conselho precisa ser mudado, é o primeiro ponto, porque virou um pouco um sindicato corporativista. Precisa ser ampliado e mudado.

É preciso discutir as funções do Supremo Tribunal Federal, da Corte Suprema. Se vai ser uma Corte Constitucional ou se vai manter hoje as atribuições que tem, que são infraconstitucionais.

Há outras questões para serem resolvidas, como mandato, idade mínima, código de ética. E há também questões de informatização, questões processuais, do regimento interno e das decisões monocráticas.

O senhor defende mandato para ministros do STF? De quantos anos seria?

Eu sou aberto para essa questão. Não vejo que essa seja uma questão principal. Muitos defendem 12 anos de mandato para os ministros. Aliás, alguns ministros ficam só dez anos. Caso do Nelson Jobim, por exemplo, e do Joaquim Barbosa.

Recentemente Gilmar Mendes chegou a ressuscitar uma ação que poderia mudar as regras de impeachment de ministros do STF. Ele queria que essa competência ficasse apenas com a PGR. Qual é a posição do senhor?

É uma matéria que cabe ao Congresso Nacional. O Poder Legislativo é o poder supremo do país, porque vem da soberania popular. Tem origem na vontade e na soberania popular. O presidente da República é eleito, o senador é eleito, o deputado é eleito.

O Supremo é indicado pelo presidente da República, conforme a Constituição, e confirmado, ou não, pelo Senado da República.

O senhor defende a continuidade ou o término da prisão domiciliar para Jair Bolsonaro?

Eu sempre defendi a prisão domiciliar, falei isso desde o começo. O Jair Bolsonaro não tem condições de cumprir pena no sistema penitenciário. Ele não tem condições psicológicas, não tem dignidade, não tem coragem para isso. Não quer assumir os erros que cometeu, a responsabilidade que teve. Ele comandou um golpe de Estado, era presidente da República, e não assume.

Eu sempre defendi que ele ia se fazer de vítima e que tinha risco de ter um problema grave de saúde.

Está havendo uma crise entre Flávio e Michelle Bolsonaro. Isso ajuda o presidente Lula?

Eu acho que essa crise é ruim para eles, porque mostra que é um clã, que são interesses familiares, interesses menores. É intriga, é disputa de espólio, como se fosse uma herança de bilhões. No caso, é uma herança político-eleitoral, porque não é administrativa, não é de realizações.

E mostra também a extrema direita brasileira muito envolvida com esse clima de intrigas e esse entrelaçamento que vai aparecendo cada vez mais, com ilegalidades flagrantes.

Entre os nomes da direita e da centro-direita, o senhor acredita que alguém tem condições de ultrapassar Flávio Bolsonaro e chegar ao segundo turno?

É improvável. Ainda que eleição... nós temos que tomar cuidado. Você lembra do Marçal aqui em São Paulo.

E aqui tem o caso do candidato do Missão, o Renan Santos, que, entre os jovens de 16 a 24 anos, tem 18% dos votos.

Mas eu não vejo que ele possa disparar, e acho bem improvável que o Zema (Novo) saia dessa porcentagem.



José Dirceu concedeu entrevista ao jornalista Paulo Cappelli

O deputado André Janones disse que o objetivo principal desta eleição não é apenas reeleger o presidente Lula, mas “dizimar” e “extirpar” a família Bolsonaro. Como o senhor avalia essa declaração?

Não, eu não gosto dessas declarações. “Extirpar”, primeiro, não é uma palavra boa em política. Não vamos nós usar a linguagem deles. Nós queremos derrotar o bolsonarismo. Derrotar nas urnas. Esse é o nosso objetivo. E derrotar nas ideias, naquilo que eles pregam para o país. Nós temos outras propostas para o Brasil.

Inclusive, eu conversei com pessoas da esquerda que acham que a esquerda errou em vários momentos quando tratou como inimigo quem era apoiador do Bolsonaro.

Porque não se pode brigar com o eleitor. Tem que brigar com as ideias. Você não é contra alguém porque ele é evangélico, por exemplo. Você discorda das propostas e das ideias que ele tem para os problemas do país.

Recentemente eu fiz uma entrevista com Flávio Bolsonaro e ele acusou o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, de blindar o Lulinha no caso do INSS. Como o senhor avalia essa declaração?

Ele se pôs à disposição das autoridades. O sigilo bancário dele foi exposto publicamente. Não foi encontrado nada. Ele vai responder. O presidente Lula já disse: seja filho dele ou não, tem que responder pelos atos que praticou.

Ele está respondendo, está à disposição da Justiça. O presidente Lula não fez nenhuma intervenção, nenhum pedido, nenhum apelo. O que muitas vezes foi evitado foram convo-

cações que só tinham objetivo político.

A OAB pediu que Alexandre de Moraes reveja a decisão que suspendeu as visitas de Flávio ao pai. O senhor defende que ele possa voltar a visitar?

Como advogado, sim. Ele tem esse direito, como muitos visitaram o presidente Lula. Você se lembra. Muitos de nós visitamos. Vai como advogado, mas tem que se comportar como tal.

Evidentemente que vai tratar de assuntos políticos com o pai, mas ele tem o sigilo da advocacia quando trata com o cliente. Aí é uma questão da consciência dele.

Se Lula for reeleito em 2026, em 2030 não poderá disputar um novo mandato. O senhor acredita que a esquerda já tem quadros para sucedê-lo?

Não acredito que a esquerda tenha, nem a direita, alguém à altura do Jair Bolsonaro e do presidente Lula. Porque eles são líderes. Como no passado nós tivemos outros, que se constituíram como grandes líderes de uma base eleitoral e social muito forte.

Com o Lula nós vencemos cinco de seis eleições, e ele está indo para uma sexta eleição. Então o PT tem uma base social e eleitoral. Foi o partido mais votado para a Câmara até 2022. Essa é a primeira questão.

A segunda é que nomes existem, porque eles vão surgindo.

O próprio Fernando Haddad (PT) já foi prefeito de São Paulo, já foi candidato a governador, candidato a presidente. Ele já tem um recall e, com o apoio do presidente Lula — porque o Lula não será candidato, mas continuará tendo força política e eleitoral —, evi-

dentemente é um nome.

Nós temos outros nomes. Ex-governadores com muita experiência de governo, como Camilo Santana (PT), Rui Costa (PT).

E temos outras lideranças que vão surgir nesses quatro anos, seguramente. Como parlamentares ou como lideranças populares. O Guilherme Boulos (Psol) é uma promessa, e outros.

O senhor defendeu mais mulheres ocupando espaços de poder. Agora, o presidente Lula decidiu indicar novamente Jorge Messias, da AGU, para o STF. O senhor defende essa nova indicação?

Nesse caso, eu defendo a nova indicação. O Senado da República não recusou o nome do Jorge Messias por falta das exigências constitucionais.

Se o André Mendonça cumpria os requisitos — e nós votamos a favor dele, sem vetar seu nome por razões políticas —, a recusa ao Jorge Messias foi uma decisão política.

O presidente Lula tem todo o direito de reapresentar a indicação, e o Senado terá que tomar uma decisão, como tomou anteriormente ao rejeitar o nome dele. Agora, no Supremo, e no Poder Judiciário de forma geral, nós precisamos de mais mulheres.

Há uma avaliação de que essa nova indicação de Jorge Messias só deverá ser apreciada pelo Senado depois da eleição.

Isso depende de um brasileiro chamado Davi Alcolumbre (União). Ele tem o apoio de uma base expressiva de senadores bolsonaristas e de direita, que está em disputa política conosco.

Há um impasse entre Alcolumbre, uma maioria expressiva de senadores e senadoras, e o presidente Lula. Isso está sendo negociado pelos líderes do governo, como Teresa Leitão, Camilo Santana, José Guimarães e Pedro Uczai.

O senhor acredita que Fernando Haddad conseguirá crescer na disputa contra Tarcísio de Freitas?

Eu avalio que nós temos muitas possibilidades. Vai ser uma disputa dura, mas nós temos chance pela chapa que fizemos: Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB) estão em primeiro lugar nas pesquisas. Márcio França (PSB), Haddad, Geraldo Alckmin presente aqui em São Paulo na campanha e o presidente Lula. Nós já temos maioria na Grande São Paulo e temos propostas para o interior.